

editorial do jornal, parte integrante — embora sem caráter oficial — do aparato cultural de sustentação do *status quo*.

O rompimento da aliança entre o jornal e a elite polífta da cidade, em fins da década de 1880, é justamente sintoma de um rearranjo das forças no cenário político e econômico nacional, situação nova que exigirá das elites de Juiz de Fora uma profunda revisão de sua identidade construída ao longo da segunda metade do século XIX. E que deixará o outrora influente *Pharol* como que perdido no tempo, a defender um regime já derrubado pela modernidade que tanto havia propagado.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias Manuscritas:

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo da Câmara Municipal. Império. Livro de Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Abril/1866 - Agosto/1872.

Fontes Primárias Impressas:

Almanack de Juiz de Fora. Publicação comercial, industrial, administrativa, literaria, artística, recreativa, científica, etc. 2º. anno. Juiz de Fora: Editores Leite Ribeiro & Comp. 1892. 324 p. Arquivo Público Mineiro.

Pharol. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Volumes 1 (1876) a 14 (julho-dezembro 1888).

Pharol. Arquivo Público Mineiro. Jornais Avulsos. Volume 11. Exemplar nº 20. (Abril de 1870).

Obras citadas:

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras. 1986 [original de 1982]. 360 p.

BLASENHEIM, Peter. **A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906.** Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy. Stanford: Stanford University. March 1982. (mimeo). 372 p.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das Cores do Silêncio:** Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista — Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995. 426 p.

DUARTE, Regina Horta. **Noites Circenses:** Espetáculos de Circo e Teatro em Minas Gerais no Século XIX. Campinas: Editora da Unicamp. 1995. 279 p.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **Brasil em Lições:** a história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo. Dissertação de Mestrado em Educação. Orientador: Prof. Dr. José Silvério Baia Horta. Departamento de Filosofia em Educação. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Fev/ 1993 (mimeo)

OLIVEIRA, Almir de. **A Imprensa em Juiz de Fora.** Juiz de Fora: UFJF. 1981.

OLIVEIRA, Paulino de. **Efemérides Juizforanas — 1698-1965:** com índice alfabético e remissivo. Juiz de Fora: UFJF. 1975. 247 p.

REIS, Liana Maria. **Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira — 1850/1888.** Dissertação de Mestrado em História. Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby. Departamento de História. FAFICH - UFMG. Belo Horizonte, dezembro de 1993. (mimeo).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças:** Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras. 1993. 287 p.

“O Brasil ainda chega até cá”: Euclides da Cunha dos sertões à Amazônia

LUCIANA MURARI*

Mestre em história pelo Departamento de História da FCH/UFMG
Pesquisadora do Centro de Estudos Históricos e Culturais da FJP

RESUMO Em sua obra *Os sertões*, Euclides da Cunha observou a existência de uma fronteira interna dentro do Brasil, que separava o “litoral”, ou seja, a região moderna e progressista, do “sertão”, território selvagem e arcaico. A idéia da existência de uma dualidade fundamental, traço mais marcante da história do país, aponta para o escritor uma ruptura do sentido de unidade nacional. Estas reflexões foram retomadas por Euclides da Cunha nos escritos que iriam compor *Um paraíso perdido*, obra inacabada resultante de sua incursão amazônica. Estas duas viagens, ao sertão e à Amazônia, expõem para o escritor os impasses e obstáculos à afirmação da nacionalidade brasileira. No sentido de superá-los, Euclides da Cunha esboçou diversos projetos de intervenção social, em que sua atividade literária foi ao encontro de sua formação de engenheiro, técnico e missionário do progresso.

* Este texto resume e reelabora algumas idéias que foram originalmente desenvolvidas no primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, orientada pela professora Eliana Regina de Freitas Dutra e definida junto ao Departamento de História da UFMG em 1995, com o título de “Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade n’Os sertões”.

1. Sertão: "um vácuo de deserto"

Em 1897, o engenheiro e jornalista Euclides da Cunha foi enviado ao sertão da Bahia para acompanhar os acontecimentos da Guerra de Canudos, como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*. Em um longo e violento conflito, o exército republicano acabou por dizimar a comunidade religiosa liderada por Antônio Conselheiro. O movimento messiânico em torno do Conselheiro não tinha a princípio nenhuma conotação política mas, frente à instabilidade do período de afirmação do novo regime, acabou sendo visto como resistência monarquista. Euclides da Cunha permaneceu apenas três semanas no sertão, e a partir daí passou a pesquisar elementos para a composição de sua obra-prima, *Os sertões*, através da qual ele pretendeu vingar o massacre de Canudos.

Na escrita de *Os sertões*, especialmente na primeira parte da obra, *A terra*, Euclides da Cunha construiu uma imagem do espaço geográfico brasileiro, a partir de alguns modelos que possibilitaram a ele uma leitura do território do país como território nacional, ou seja, como "base física" da nacionalidade. Este estudo se inicia, no corpo da obra, pelo traçado imaginário de um roteiro de viagem pelo Brasil. Rumo ao norte, o escritor percorre as paisagens do país, entre as montanhas e o mar, pelos campos gerais, encostas, chapadas, pela bacia do São Francisco. Este itinerário permite a ele visualizar a natureza em sua grandiosidade como elemento definidor da identidade nacional. Neste momento, torna-se para o escritor justificável todo o otimismo em relação ao país, ao qual a riqueza geográfica garantiria um lugar privilegiado no futuro. Porém, à medida que se aproxima o sertão, este entusiasmo começa a parecer infundado e surge uma outra paisagem:

"Revela-o curta viagem para o ocidente, a partir de um ponto qualquer daquela costa [que vai da Bahia à Paraíba]. Quebra-se o encanto de ilusão belíssima. A natureza empobrece; despeja-se das grandes matas; abdica o fastígio das montanhas; erma-se e deprime-se — transmudando-se nos sertões excitados e bárbaros, onde correm rios efêmeros, e desatam-se chapadas nuas, sucedendo-se, indefinidas, formando o palco desmedido para os quadros dolorosos das secas. O contraste é empolgante. (...)

Entra-se, de surpresa, no deserto" (Cunha, 1902/1985: 146).

Ao chegar ao sertão, o viajante Euclides da Cunha encontrou uma terra bárbara que não figurava nos mapas. Para o escritor, este território acabaria entregue aos devaneios da imaginação dos cartógrafos, que seriam obrigados a fantasiar o traçado de rios e montanhas, pois a des-

crição dos seus acidentes geográficos estava ainda por ser feita. O sertão era, no mapa do Brasil, um espaço em branco a ser ainda preenchido. Euclides da Cunha, cartógrafo por formação, põe sua narrativa a traçar linhas, esboçar rios e acidentes geográficos, e a elaborar a legenda de um mapa imaginário do território sertanejo. O firme propósito de caracterizar o cenário da narrativa do conflito de Canudos se vê limitado pela falta de informações, mesmo as mais simples, sobre o lugar.

O sertão, "estranho território" que passa a ocupar a atenção de Euclides da Cunha é, ao contrário da grandiosa e exuberante natureza que faria a riqueza do país, um vazio, um hiato. Evitado pelo homem e abandonado à vida selvagem, o sertão havia sido, segundo o escritor, esquecido pela história e pela civilização, pois não o cruzavam as ferrovias, sinais de modernidade. A raiz da ignorância e do desconhecimento do território sertanejo estaria, para Euclides da Cunha, na indiferença dos brasileiros em relação à sua própria terra. A idéia do abandono do país por aqueles que deveriam ser responsáveis por explicá-lo e descrevê-lo é um dos temas mais freqüentes n' *Os sertões*.

É no sentido de denunciar este abandono que Euclides da Cunha se mostra curiosamente relutante em reconhecer a importância do legado dos viajantes e cientistas estrangeiros que cruzaram o Brasil principalmente a partir do início do século XIX. Entregues a seu "exílio subjetivo", os brasileiros teriam se tornado, na visão do escritor, estrangeiros em sua própria terra, e o conhecimento do país dependeria do pouco que uma ciência estrangeira produzira sobre ele. Muitos são os viajantes e naturalistas que forneceram o material para os estudos de Euclides da Cunha sobre o sertão¹. Contudo, para o escritor, o legado dos viajantes só adquiriria uma aparência tão grandiosa porque além dele pouco havia sido produzido sobre o país. O recurso obrigatório a numerosas obras estrangeiras parece tornar mais nítida a falta de um conhecimento brasileiro sobre o país. Portanto, o escritor considera que seria necessário alcançar uma certa "soberania do conhecimento", o que dependeria antes de tudo de uma reversão do foco de interesse dos intelectuais do país, que de meros "copistas" deveriam passar a estudiosos da realidade nacional.

Esta denúncia do desinteresse da elite brasileira pelo seu próprio país justifica-se, para Euclides da Cunha, pela necessidade de criar meios de tornar a totalidade do espaço brasileiro um espaço *nacional*, ao alcance de seus habitantes, detalhadamente descrito por mapas, roteiros

¹ São citados diretamente n' *Os sertões* (Cunha, 1902/1985) os seguintes naturalistas e viajantes estrangeiros: Lund (p. 83), Liais (p. 103), Saut-Hitaire (p. 121), Martius (p. 110-124), Eschwege (p. 93), Hart (p. 103), Agassiz (p. 103). Uma bibliografia completa da obra de Euclides da Cunha pode ser encontrada em Andrade (1980).

e itinerários, em que todos os componentes figurassem enumerados e classificados, onde as fronteiras externas estivessem rigorosamente demarcadas e onde estivessem desenvolvidos meios de integração entre suas diferentes regiões. Na visão do escritor, este trabalho “é o mais belo ideal da nossa engenharia neste século: a definição exata e o domínio franco da grande base física da nossa nacionalidade” (Cunha, 1907/1919: 90). Tratava-se, em síntese, da conquista do território como unidade, corpo íntegro, articulado e coeso. Nada se presta melhor a isto, como observou Süsserkind (1990: 67), do que os relatos e os mapas de viagem, que descrevem e representam esta unidade. N’*Os sertões*, Euclides da Cunha acaba por assumir a identidade do viajante, tornando-se ele próprio um estrangeiro dentro do sertão, sujeito impessoal dedicado a seu inesgotável trabalho de coletar, enumerar e classificar a natureza.

A constituição do território como *território nacional* depende, como dissemos acima, do traçado de suas fronteiras externas. Para Euclides da Cunha, contudo, o que se torna mais evidente no contato com o sertão são fronteiras internas, inconcebíveis para aquele que trabalha com uma noção do nacional que o teórico Bhabha (1990) chamou de *pedagógica*. De acordo com Bhabha, a pedagogia nacionalista trabalha de forma exaustiva a metáfora do “todos como um”, que exprime a constituição de uma nacionalidade como um corpo centralizador, monumental. Por se pretender uma unidade homogênea, a nação “pedagógica” trata de dissolver as diferenças, concentrando e anulando as particularidades num centro que define a identidade do todo, não das partes. Do ponto de vista pedagógico, a nação — comunidade imaginada socialmente, limitada e distinta das demais, fundada numa sensação de pertencimento de essência religiosa (Anderson, 1989) — é vista como uma totalidade que se desloca progressivamente no tempo da história nacional. Neste sentido, definir seu território significa, em primeiro lugar, fixar suas fronteiras externas, enquanto as diferenças internas acabam apagadas pela identidade do todo.

Euclides da Cunha se depara, contudo, com uma nítida fronteira interna dentro do país, a fronteira que separa o “litoral” — o Brasil moderno — do sertão. Por isso, a percepção transmitida pelo escritor a respeito da terra sertaneja é a de estar pisando um território estrangeiro, tal como deveriam sentir os soldados do exército republicano:

“Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria. (...) O que ia

fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores — uma invasão — em território estrangeiro. Tudo aquilo era uma ficção geográfica” (Cunha, 1902/1985: 496-497).

Para o escritor, portanto, verificada a gravidade das diferenças internas que fariam o território do sertão um país distinto, o Brasil só poderia ser uma nação ficcional. O sertão seria a prova da descontinuidade, da existência de fronteiras internas que ameaçavam a totalidade nacional, pois o sertão “desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional” (Cunha, 1902/1985: 496). Assim, concebe-se a idéia da existência de uma dualidade fundamental dentro do país: os sertões, bárbaros, selvagens, estagnados, pura natureza, seriam o lado oposto da vida do “litoral”, civilizada, progressista, moderna, em constante renovação. Escapando ao primado da razão, os sertões mostravam-se alheios ao ritmo do progresso contínuo, o ritmo da história da grande nação pedagógica. Não por acaso, muitas das metáforas que Euclides da Cunha encontra para definir o sertão estão ligadas à idéia da imobilidade temporal. O sertão é, segundo o escritor, “um oceano imóvel, sem vagas e sem praias” (Cunha, 1902/1985: 128):

“E sobre tudo aquilo uma monotonia acabrunhadora...A sucessão invariável das mesmas cenas no mesmo cenário pobre, despontando às mesmas horas com a mesma forma, davam aos lutadores exaustos a impressão indefinível de uma imobilidade no tempo” (Cunha, 1902/1985: 436).

Praticamente alheio ao ritmo da história, o sertão seria regido pelo tempo imóvel, ou quase imóvel, da geografia, sendo, portanto, uma sociedade dominada pelas restrições impostas pela natureza à ação do homem. Na visão de Euclides da Cunha, o homem do sertão se mostra submisso e adaptado ao ambiente, tornando-se ele próprio parte da natureza, incapaz de fazer a história e de modificar suas condições de sobrevivência.

A contraposição entre o território do sertão — imóvel, pura natureza — e o do “litoral” progressista adquiriu sentido e foi compreendida por Euclides da Cunha através do conhecimento científico de sua época. De formação positivista e cientificista, como muitos dos mais notáveis intelectuais do período, o escritor mobilizou, em sua obra, conceitos e teorias que constituíram sua visão de mundo e o ajudaram a ordenar a caótica realidade da guerra. N’*Os sertões*, a influência da cultura cientificista define, em primeiro lugar, a própria organização da obra, dividida em três partes — *A Terra*, *O Homem* e *A Luta* — de acordo com o esquema determinista criado pelo crítico literário francês Hippolyte Taine². No es-

tudo d' **A terra**, as duas principais referências científicas foram os relatos de viajantes estrangeiros e, do ponto de vista teórico, a obra do historiador inglês Henry Thomas Buckle³.

Possibilitando o estabelecimento de relações de causalidade entre os fenômenos geográficos e as sociedades humanas, a filosofia da história de Buckle permitiu a Euclides da Cunha explicar a dualidade entre sertão e litoral, que para o escritor é o sentido mais profundo da história do país. A partir da observação de regularidades nas ações humanas, Buckle pretendeu encontrar as leis que regeriam o desenvolvimento histórico dos povos. Em termos mais amplos, estas leis poderiam ser reduzidas a dois princípios fundamentais e, segundo Buckle, inquestionáveis. O primeiro é que nas sociedades localizadas em regiões de climas quentes, a natureza agiria no sentido de desenvolver a imaginação. A farta disponibilidade de recursos, a ação perniciosa do clima sobre o organismo e as catástrofes naturais poderosas prejudicariam a capacidade de trabalho e o desenvolvimento do pensamento em bases racionais. Nestas regiões, o homem se sentiria impotente frente à natureza, submetendo-se a ela. Enquanto isso, nos países temperados, a limitação dos recursos naturais reprimiria a imaginação, levando a um significativo desenvolvimento da capacidade de raciocínio, investigação e trabalho, que seriam os fundamentos do progresso das civilizações. Nestes países seria observada uma perfeita *manageability of nature*, ou seja, o homem seria capaz de manejar a natureza, alterando-a a seu favor. Logo, a teoria de Buckle divide a humanidade entre dois grupos: os habitantes de áreas temperadas, notadamente os europeus, que seriam capazes de progredir vencendo a natureza, e os homens dos climas quentes, que seriam dominados por ela.

Euclides da Cunha citou diretamente a teoria de Buckle n' **Os sertões**, utilizando-a como fundamento para sua tese a respeito da influência da natureza sobre as possibilidades de progresso do país. O dualismo que o escritor enxerga no Brasil é, neste momento, diretamente remetido às duas leis fundamentais do desenvolvimento histórico dos povos, enunciadas por Buckle. O Brasil conteria, na visão de Euclides da Cunha, uma região "européia", civilizada, progressista, onde o homem estaria se mostrando capaz de manejar a natureza, e outra selvagem, onde as catástrofes naturais e a influência negativa do clima sobre o

organismo impossibilitariam o progresso. A história do Brasil, definida como a história do desenvolvimento desigual entre as regiões norte-nordeste e sul do país, seria a própria prova do acerto da teoria determinista mesológica de Buckle. Como se vê, Euclides da Cunha transfere para sua análise da sociedade brasileira a dualidade que o historiador inglês havia apontado entre as sociedades européias e não-européias. Esta ruptura do sentido de unidade e de homogeneidade transforma o Brasil do escritor numa "ficção geográfica" que ele acreditou, como veremos, ainda ser possível transformar.

2. Amazônia: "A terra sem pátria"

Em 1905, Euclides da Cunha viajou para a Amazônia como engenheiro-expedicionário e chefe da seção brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus. Esta experiência foi o ponto mais marcante de sua trajetória desde o lançamento d' **Os sertões**, em 1902. As duas viagens, ao sertão e à Amazônia, são similares em diversos aspectos. A partir de sua "aventura amazônica", o escritor planejou escrever uma segunda grande obra, intitulada "**Um paraíso perdido**", que seria sua "segunda vingança contra o deserto" (Cunha, 1938: 176). Esta obra não chegou a ser concluída⁴, e o escritor morreu em 1909, deixando apenas alguns textos isolados de seu relato sobre a Amazônia. Para ele, a expedição ao Alto Purus representava mais do que um trabalho técnico. Desde sua estada nos sertões, Euclides da Cunha se imbuía de uma missão: a de contribuir para uma revelação do Brasil, que deveria se iniciar pelo reconhecimento do território, base para o estudo da ocupação humana do país e de sua dinâmica social. Esta era, a seu ver, a única forma de romper o isolamento do "litoral", entendido genericamente como o Brasil moderno, em relação ao "interior", o Brasil tradicional e estagnado.

De formação positivista, o escritor mantinha acesa a crença no dever do intelectual, de sua posição de "guia das consciências", ao mesmo tempo em que adotava uma visão extremamente pragmática de seu

4 Segundo Euclides da Cunha, na Amazônia: "A terra ainda é misteriosa. O seu espaço é como o espaço de Milton: esconde-se de si mesmo. Anula a própria amplitude, a extingue-se, decaiando por todos os lados, adscrita à fatalidade geométrica da superfície terrestre, ou iludindo as vistas curiosas com o uniforme traço de seus aspectos imutáveis. Para vê-la deve renunciar-se ao propósito de descortiná-la" (Cunha, 1974: 288).

5 Os escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia foram reunidos postumamente em "**A marjém da história**", cuja primeira edição é de 1909 (Cunha, 1909/1913). Já havia sido publicado, em 1903, o "Relatório da comissão mista peruana de reconhecimento do Alto Purus", reeditado como "O rio Purus" (Cunha, 1960). Todos estes textos, além de cartas, artigos e uma entrevista foram reunidos em reedições recentes (Cunha, 1976) e (Cunha, 1994).

6 Sevckenko caracterizou Euclides da Cunha como um herdeiro da chamada "geração de 1870", grupo marcado por sua formação científica e modernizante e por um acentuado utilitarismo que traduzia a atividade intelectual como atitude política (Sevckenko, 1989). Esta postura está sem dúvida ligada à influência do pensamento positivista, especialmente o positivismo comteano, amplamente divulgado à época, para o qual caberia ao intelectual a função de conduzir a vida política do país em direção ao progresso social.

2 De acordo com o esquema taineano, todos os fenômenos naturais e sociais poderiam ser compreendidos através da articulação do estudo de três fatores, o meio, a raça e o momento (Taine, 1864; Cresson, 1951)

3 O nome de Buckle é hoje pouco conhecido, mas é uma referência sempre presente nas obras de autores brasileiros de formação científica do final do século XIX. Além de Euclides da Cunha, estudiosos da literatura e da história do Brasil, como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu e Araripe Jr., foram muito influenciados pelo historiador inglês. A abrangência que a teoria de Buckle adquiriu entre os intelectuais brasileiros pode ser explicada pelo fato de que ele dedicou ao Brasil um trecho dos mais significativos da parte teórica de sua *História da Civilização da Inglaterra* (Buckle, 1857-61/1900).

papel na sociedade⁶. N' *Os sertões*, o escritor havia criticado severamente o desinteresse e a irresponsabilidade da elite letrada brasileira, que numa "inconseqüência de pródigos sem tutela", não assumia seu papel dentro do país, voltando seus olhos para a cultura européia e abandonando o estudo do país a estrangeiros. Esta é, como vimos, a razão de seu ceticismo em relação ao legado dos viajantes. Uma visão extremamente crítica em relação à intelectualidade do país marcou o pensamento do escritor desde sua viagem aos sertões até sua aventura amazônica. Os intelectuais do país, alheios às "exigências de nossa própria nacionalidade" teriam, numa "faina cega de copistas" se iludido com uma "civilização de empréstimo", abandonando à própria sorte um terço do país, e assim aumentando o abismo que separava o litoral moderno "daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa" (Cunha, 1902/1985: 248-9).

Em uma carta escrita ao crítico paraense José Veríssimo, em 1904, Euclides da Cunha demonstrava o desejo de participar de uma tarefa que deveria ter não apenas valor prático, como também simbólico: traçar as fronteiras externas do país, dado fundamental para demarcar o território e reconhecê-lo como unidade, base geográfica bem definida de uma nação. Em suas palavras,

"Para mim este seguir para Mato Grosso, ou para o Acre, ou para o Alto-Juruá, ou para as ribas extremas do Maú, é um meio admirável de ampliar a vida, o de torná-la útil e talvez brilhantíssima. Sei que farei muito. (...) Se por acaso for tardia a organização das comissões demarcadoras dos nossos limites, poderei seguir só - com o objetivo de dizer sobre os aspectos físicos e riquezas essenciais daquelas regiões. Não creio que seja coisa difícil. Pelo menos não é uma novidade. (...) Além disso, se as nações estrangeiras mandam cientistas ao Brasil, que absurdo haverá de encarregar-se de idêntico objetivo um brasileiro? Isso justifica as minhas mais fundadas esperanças" (Cunha, 1938: 127).

Não podemos, portanto, ver a incursão amazônica de Euclides da Cunha, para ele seu "maior, (...) mais belo e arrojado ideal" senão como o cumprimento de um dever, imposto como continuidade da reflexão do escritor sobre o Brasil e sobre o isolamento do sertão em relação à vida do país (Cunha, 1938: 133).

Pouco depois de sua chegada a Manaus, primeira etapa de sua incursão à Amazônia, o escritor declarou haver descoberto o traço essencial do território que visitava: a Amazônia era uma terra que estava ainda, naquele momento, se preparando para o homem, que a teria in-

vadido antes da hora certa, "em plena arrumação de um cenário maravilhoso" (Cunha, 1938: 145). O escritor transmite, em seus escritos amazônicos, o desapontamento que teria sentido no primeiro momento de seu encontro com a região, onde à primeira vista tinha-se a impressão de chegar a uma terra inacabada, imprópria à ocupação humana. A Amazônia é para o escritor, neste momento, uma grande decepção, sendo o grande rio Amazonas definido como um "diminutivo de mar", sem suas ondas e sua profundidade, cenário inferior a muitos outros do país. Somente após um doloroso período de aclimatação o escritor se vê capaz de compreender o mundo amazônico como um universo geográfico e cultural particular.

Esta reflexão sobre a dificuldade de perceber a grandeza da região e de descrevê-la literariamente aponta para o escritor não apenas a estranheza do mundo amazônico como também o fato de que o homem se tornava, dentro dele, um invasor precipitado. Da mesma forma como n' *Os sertões* o escritor se acreditou capaz de vingar as populações sertanejas do abandono em que restavam, *Um paraíso perdido* seria escrito para "vingar a Hiloe maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o XVII" (Cunha, 1909/1913: 153). Incompleta, embora magnífica, a natureza amazônica careceria de uma ordenação entre seus fenômenos, da "lógica inconsciente das cousas" que seria a matéria da ciência e da arte. Por isso, por mais estudada que já tivesse sido, a Amazônia continuava, na visão do escritor, ainda insondável, e tudo que se escrevesse sobre ela reproduziria a própria natureza, desordenada, inconclusa, provisória, surpreendente, desarticulada.

Capaz de empolgar igualmente "o cronista ingênuo, o aventureiro romântico e o sábio precavido" o rio Amazonas é, para Euclides da Cunha, mais facilmente compreensível através dos excessos da imaginação, adaptáveis à desordem daquele espaço, do que através da razão e da lógica científica. O Amazonas, precioso e estranho como a terra, seria, ao contrário de outros grandes rios do planeta, sobretudo destruidor, exclusivista. O escritor se refere ao fenômeno das "terras caldas", a diluição das terras do continente nas águas do grande rio, sem que fosse possível reconstituí-las dentro do território nacional. Por isso, segundo o escritor, "o rio, que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra" (Cunha, 1909/1913: 13). Estas reflexões trazem para Euclides da Cunha uma impressão desalentadora, muito próxima à sua percepção do mundo d' *Os sertões*: a Amazônia não constitui um cenário *nacional*. Da mesma forma como a natureza sertaneja teria fornecido proteção aos rebeldes de Canudos e atraído os defensores da República, o Amazonas estaria "pilhando" as terras brasileiras. Por isso, •

“Naqueles lugares o brasileiro salta: é estrangeiro, e está pisando terras brasileiras. Antolha-se-lhe um contra-senso pasmoso: à ficção de direito estabelecendo por vezes a extraterritorialidade, que é a pátria sem terra, contrapõe-se uma outra, rudemente física: a terra sem pátria. É o efeito maravilhoso de uma espécie de imigração telúrica. A terra abandona o homem. Vai em busca de outras latitudes” (Cunha, 1909/1913: 14).

A Amazônia se mostra, para o autor, um espaço de resistência da natureza contra a presença do homem. Euclides da Cunha observa que o legado da civilização naquele território eram as ruínas em que a intervenção humana na região rapidamente se transformava. Ou seja, o escritor acredita que a história das viagens e expedições à floresta é a história de sucessivos fracassos, de realizações parciais percebidas através de vestígios brutalizados pela natureza.

A história provava, portanto, como haviam se tornado vãos os esforços de intervenção da civilização na desordenada natureza amazônica. Concluindo que a natureza amazônica era antes de tudo uma “adversária do homem” (Cunha, 1909/1913: 20), o escritor apontou o impasse que aquele território representaria para a constituição da nacionalidade brasileira. Recorrendo à ciência médica e às idéias de Buckle, Euclides da Cunha afirma a influência perniciosa que o clima da região exerceria sobre o organismo humano, enfraquecendo suas “funções nobres”, em benefício das “funções psíquicas e sensuais” (Cunha, 1909/1913: 21). Invadindo sua própria constituição física, a natureza retiraria do homem sua capacidade de racionalização e de controle, tornando-o igualmente volúvel, igualmente instável, de modo que se tornaria o nomadismo a única possibilidade de adaptação naquelas terras.

Neste ponto, o escritor adiciona um novo elemento à sua dramática descrição da natureza amazônica: além do rio destruidor, da imposição da natureza sobre as obras humanas e da influência perniciosa do clima sobre o organismo humano, a Amazônia tornara-se também o cenário do mais injusto sistema de organização do trabalho. Traçando uma surpreendente linha de continuidade entre natureza e vida social, o escritor descreve o processo de verdadeira escravização dos seringueiros por meio de um inevitável e crescente endividamento em relação aos patrões. Não apenas a natureza, mas também a constituição da sociedade, tornavam-se adversárias do trabalho do homem. Isso vem, para o escritor, justificar o uso de mecanismos de controle social que tirassem a vida amazônica de seu abandono e de seu alheamento em relação à sociedade brasileira. Euclides da Cunha defende, assim, a adoção de uma série de medidas que possibilitariam o enobrecimento do trabalho na região: o uso de uma legislação reguladora, a constituição de um

rígido sistema de justiça e a criação de mecanismos para a fixação do trabalhador na terra.

Desta forma, Euclides da Cunha conclama o país a incorporar a si a Amazônia, mostrando-se inconformado, portanto, com o divórcio entre homem e natureza que caracterizou sua descrição. Não é à toa que a imagem inicial de uma natureza poderosa e invencível seja progressivamente substituída, em seus escritos, pela idéia de **abandono** e pela sugestão de que o real obstáculo à ocupação daquele território não estaria tanto na supremacia da natureza quanto na ausência de uma atuação organizada e sistemática do organismo nacional sobre a região.

Já em sua chegada a Manaus o escritor observara que se tratava de uma cidade cosmopolita, o que o levou a afirmar sua esperança de que aquela babel de exploradores de várias origens pudesse ser um dia suplantada pela “nossa gente”: “O Brasil ainda chega até cá” (Cunha, 1938: 143). A Amazônia ainda seria chamada ao Brasil. Essa crença é afirmada pelo escritor através da idéia da “seleção natural dos fortes”, ou seja, a competição entre os diversos povos que ingressavam naquela terra seria vencida por aquele que tivesse mais persistência, vontade, e que fosse dotado de uma constituição física mais adequada (Cunha, 1907/1919: 212). O escritor acreditava que essa “concorrência vital entre os povos”, que se desenrolava na busca das riquezas da Amazônia, seria vencida pelos caboclos do norte, superiores em número e em força e dotados de uma melhor aclimação. O povo do norte do Brasil seria, assim, capaz de absorver os demais povos, impondo a eles a língua, os costumes e assim “estabelecendo naquela dispersão de forças a componente dominante da nossa nacionalidade” (Cunha, 1907/1919: 213). Esta é, para o escritor, a única saída para a aterradora possibilidade de ruptura que o território amazônico representaria para a integridade nacional. Acreditando que a Amazônia concentraria a civilização futura do mundo, Euclides da Cunha demonstra seu temor de que, absorvida em seu próprio movimento, a região viesse a se destacar do Brasil, “como se despega um mundo de uma nebulosa” (Cunha, 1907/1919: 214). Esta imposição da nacionalidade brasileira à região amazônica deveria ser estudada e conscientemente produzida. Por trás de seu espantoso retrato da força dos elementos e da insubordinação da natureza, por trás da observação do caráter não nacional daquele território, ainda sobrevive para o escritor a crença na possibilidade de transformação e de conquista da Amazônia — como também do sertão — à nacionalidade brasileira.

3. "O Império do homem sobre as coisas"

"Ah..., que mísera posição a dos engenheiros do Brasil!"

André Rebouças, 1866

Em 1903, Euclides da Cunha definiu sua posição como a de "um escritor, apenas transitoriamente desgarrado na engenharia" (Cunha, 1938: 88). Outras vezes, referiu-se à atividade literária como um desvio em sua "engenharia obscura" (Cunha, 1938: 108). Em sua "vida dupla de chefe de operários e homem de letras" ele não pôde, efetivamente, se dedicar como gostaria à literatura (Cunha, 1938: 119). Em seu discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, em 1904, ele discorreu longamente sobre sua profissão de engenheiro. Neste momento, curiosamente, o escritor conduziu a engenharia em direção à vida espiritual que seria a substância da obra literária, de modo que literatura e engenharia não se opusessem:

"Realmente, ao contrário do que se acredita, no terreno maciço das indagações objetivas, ao rés das existências, há uma crescente instabilidade. O poeta, o sonhador em geral, quem quer que se afeiçoe a explicar a vida por um método exclusivamente dedutivo, é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia. Nós, não. Os rumos para o ideal baralham-nos o próprio crescer do domínio sobre a realidade, como se à hierarquia lógica dos conhecimentos positivos acompanhassem, justalinearmente, as nossas emoções mais complexas e menos exprimíveis. Sobretudo menos exprimíveis. No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo o que vemos no rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. (...) Mesmo no recesso das mais indutivas noções, não é fácil saber, hoje, onde acaba o racionalismo e principia o misticismo (...). Imaginai uns tristes poetas pelo avesso: arrebatam-nos também o sonho, mas ao invés de projetarmos a centelha criadora do gênio sobre o mundo que nos rodeia, é o resplendor deste mundo que nos invade e deslumbra" (Cunha, 1907/1919: 312-3).

Esta visão mística e poética da engenharia pode ser encontrada não apenas na obra de Euclides da Cunha como também, por exemplo, nos escritos de André Rebouças, um dos pioneiros da engenharia pública no Brasil. Para Rebouças, as grandes obras de intervenção do homem

na natureza eram "a arte do engenheiro tentando elevar-se à altura do *Fiat de Deus*" (Rebouças, 1898: 86). A utopia do progresso contida no discurso dos entusiastas da modernidade está, na obra de Euclides da Cunha, intimamente ligada à idéia de que a intervenção do poder público na natureza seria sobretudo um instrumento de afirmação da nacionalidade e de um ideal civilizador. Identificavam-se, assim, instrumentos de integração, de rompimento de fronteiras internas e de afirmação do nacional em detrimento das identidades locais. Assim, tal como a incursão aos sertões, a aventura amazônica de Euclides da Cunha pode ser vista como uma reflexão sobre as descontinuidades e as heterogeneidades do território brasileiro. Observando estes pontos de ruptura em relação à totalidade do corpo nacional, Euclides da Cunha acreditou na importância do estabelecimento de canais de comunicação que possibilitassem a integração das diferentes regiões do país através de sua inserção no ritmo do progresso.

Neste sentido, a expedição amazônica do escritor pode ser vista como uma "missão civilizadora", na definição de José Murilo de Carvalho. De acordo com Carvalho (1991), o esforço de modernização observado no país entre 1870 e 1914 expressou-se em várias campanhas civilizadoras, através das quais acreditava-se poder levar as luzes do progresso às periferias urbanas e às populações do interior do Brasil. O progresso e a modernidade compunham um "evangelho" repetido por técnicos, cientistas e escritores. A guerra de Canudos é definida por Carvalho como a primeira missão civilizadora direcionada às populações rurais do país.

Como "missionário" do progresso, já n' *Os sertões* Euclides da Cunha expôs seu primeiro projeto de incorporação do território sertanejo à nacionalidade brasileira, através de um plano de combate à seca. Para o escritor, o sertão impróprio à vida durante os períodos de seca poderia ser transformado em um paraíso, "vale fértil, pomar vastíssimo sem dono" (Cunha, 1902/1985: 108). Dialogando com um projeto desenvolvido anos antes por André Rebouças, Euclides da Cunha propôs que fossem construídos pequenos e numerosos açudes que transformariam o deserto em rica região agrícola, reduzindo os efeitos da drenagem do solo e aumentando a umidade do ar. A necessidade de combater e debelar o deserto nos sertões do norte tornou-se tema de outros escritos de Euclides da Cunha e sua preocupação constante, pois para ele "não há mais elevada missão à nossa engenharia" (Cunha, 1907/1919: 134).

Este esforço de integração do sertão à vida nacional deveria começar, de acordo com o escritor, por um trabalho de campo que proporcionasse um estudo minucioso da região, de modo a reconhecer os elementos causadores de sua desordem climática. Segundo ele, "esta exploração sistemática da terra — coisa vulgaríssima hoje em todos os

países — é uma preliminar obrigatória do nosso progresso, da qual nos temos esquecido indesculpavelmente" (Cunha, 1907/1919: 84). Esta seria também uma forma, acreditava Euclides da Cunha, de aproximar os "homens do litoral" do "verdadeiro Brasil" e de sua "base física real", de modo que a vida do país se deixasse nutrir pela "seiva materna" (Cunha, 1907/1919: 94-97). Portanto, no pensamento do escritor, o trabalho de combate às secas teria o sentido não apenas de salvar o nordeste brasileiro, como de salvar todo o país, integrando sertão e litoral. Seria assim possível trazer a modernidade às regiões mais tradicionais e distantes do progresso e, ao mesmo tempo, fazer com que o progresso do país se tornasse um progresso real, fruto de um projeto de afirmação da nacionalidade brasileira.

Explicitando e aprofundando algumas idéias já desenvolvidas em sua obra sobre Canudos, os textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia demonstram que esta viagem pode ser vista também como uma missão civilizadora. Em seu objetivo de reconhecimento do território nacional, o escritor esboçou vários projetos de integração da Amazônia ao Brasil. O primeiro destes é a recuperação do Purus, um "rio abandonado". Sendo este, segundo Euclides da Cunha, um rio de perfil bastante adequado à navegação regular, seria necessário promover a retirada dos obstáculos naturais que o tornavam muitas vezes inalcançável, graças ao fenômeno, já citado acima, das "terras caldas". Modelo de curso d'água adaptável à grande navegação, o Purus acabava obstruído pela erosão de suas margens. Mesmo reconhecendo a escassez de recursos e as grandes proporções de qualquer obra a ser realizada na Amazônia, que dificultariam o trabalho de recuperação do Purus, o escritor acreditava que a obra poderia ser realizada através de um esforço constante:

"De qualquer modo urge iniciar-se desde já modestíssimo, mas ininterrupto, passando de governo a governo, numa tentativa persistente e inquebrantável, que seja uma espécie de compromisso de honra com o futuro, um serviço organizado de melhoramentos, pequeno embora no começo, mas crescente com os nossos recursos — que nos salve o majestoso rio (...). O Purus é um enjeitado.

Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadadas linhas de nossa expansão histórica" (Cunha, 1909/1913: 57).

Colocando a atividade literária em diálogo com sua formação de engenheiro e cartógrafo, Euclides da Cunha se aproxima do General Rondon, outro "missionário do progresso e da civilização" que abriu es-

tradas e implantou linhas telegráficas no território amazônico (Carvalho, 1991: 6). O trabalho do governo no sentido do fortalecimento das comunicações e da difusão de idéias comuns seria uma forma de garantir a integração da Amazônia à nacionalidade brasileira, colaborando com a vitória do tipo humano brasileiro sobre os demais povos que concorriam na região. Tratava-se, essencialmente, de incorporar o movimento do mundo amazônico, que para o escritor adquirira uma dinâmica própria, à vida brasileira.

A integração da Amazônia ao Brasil poderia ser também operada, acreditou Euclides da Cunha, através da concretização de seu projeto da *Transaccreana*: uma estrada de ferro que ligaria as sedes administrativas dos três departamentos do Norte, de forma a estabelecer um tráfego que não existia na região à época. Definindo a engenharia como a arte da remoção dos obstáculos impostos pela natureza à ação humana, o escritor idealizou a ferrovia em todos os detalhes, projetando com certa precisão todas as suas características, seu traçado, seu percurso, suas locomotivas, curvas, declives, e até mesmo os materiais a serem utilizados, suas medidas e seu custo. A *Transaccreana* teria o objetivo de distribuir as frentes de colonização e, em permanente construção a partir do seu traçado inicial, possibilitaria ao governo uma melhor gestão do território. Nutrindo-se do progresso que ela própria seria capaz de criar, a ferrovia viria a adquirir, para o escritor, uma importância não só econômica, como também política e estratégica, no sentido da necessidade de proteção das fronteiras do país. O escritor demonstra, neste e em outros momentos, sua preocupação com o problema do imperialismo, que para ele se tornava particularmente crítico quando em questão estava uma região como a Amazônia, território não incorporado efetivamente à nacionalidade brasileira.

No sentido deste empenho civilizador, a obra de Euclides da Cunha é um bom exemplo de uma determinada visão da elite brasileira a respeito da modernização do país, consubstanciada em grandes projetos de engenharia como a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, entre 1907 e 1912, da qual Euclides da Cunha pretendeu participar⁷. Segundo Hardman (1988), a perspectiva da modernização dominou o pensamento político da elite latino-americana entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando a estatização e a urbanização tornaram-se temas básicos de práticas e discursos dos quais

7 Em setembro de 1906, em carta a Firmo Dutra, Euclides da Cunha comunicou sua decisão de desistir de participar como fiscal da construção da Madeira-Mamoré por motivos pessoais e também em virtude de outro projeto, visto por ele como de maior interesse e utilidade. Tratava-se da demarcação dos limites do país com a Venezuela. O interesse do autor pelo traçado das fronteiras externas do Brasil está também na raiz de seu interesse pela Amazônia, pois ele acreditava que áreas como a fronteira com a Guiana Francesa deveriam ser constantemente vigiadas (Cunha, 1938).

Euclides da Cunha e André Rebouças são representantes paradigmáticos.

Pregando a superação das formas tradicionais de organização social através de amplos projetos de mudança que possibilitassem a afirmação do homem contra o domínio das forças da natureza, estes idealistas foram ao encontro do sonho fáustico que, como descreveu Berman (1986), exerceu forte influência sobre a elite modernizadora do Terceiro Mundo. O anseio de realizar, construir, direcionando a energia da natureza em favor das necessidades e projetos humanos é o motor dos projetos esboçados por Euclides da Cunha. Há, contudo, de acordo com Berman, (1986: 66) tanto de heroísmo quanto de tragédia na realização destes propósitos, uma vez que tal visão de mundo abre novas perspectivas e expande as possibilidades humanas, mas se mostra incapaz de lidar com outros atores e grupos sociais que, à margem deste processo de modernização, tornam-se obsoletos. Neste sentido, pode-se ler *Os sertões* como a narrativa de uma "missão civilizadora" onde, apesar da consciência da barbárie da guerra, há também a entusiástica crença em sua importância e utilidade como o primeiro contato necessário para uma futura imposição dos ideais modernos ao sertão⁸ (Cunha, 1907/1919: 86; 499). O sentido desta ação missionária não é apenas a superação dos óbices à modernização, é sobretudo a criação de um ambiente social homogêneo (Berman, 1986: 68). Como vimos nos estudos dos espaços sertanejo e amazônico na obra de Euclides da Cunha, tratava-se de promover a transformação da totalidade do território brasileiro em território *nacional*, moderno, integrado e descrito cientificamente, conquistado por meio de projetos como a construção de pequenos açudes, ferrovias, pontes, linhas telegráficas e grandes obras de engenharia. De acordo com Berman, nos ditos países subdesenvolvidos os grandes projetos de rápida modernização são antes pseudo-fáusticos, ou sejam, são marcados pelo absurdo e pela crueldade, ao mesmo tempo em que não surtem os efeitos esperados. No caso brasileiro, o melhor exemplo disto talvez seja a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que levou à morte milhares de trabalhadores (Hardman, 1988).

Como vimos, a engenharia forneceu a Euclides da Cunha um modelo de intervenção social que pode ser definido como uma resposta à "ficção geográfica" — conjunto desarticulado de regiões social e culturalmente isoladas — que o Brasil mostrara ser durante a Campanha de Canudos. A busca do "império do homem sobre as coisas" (Cunha, 1907/

1919: 302), ou da soberania da razão sobre a natureza, impulsionou a atividade literária de Euclides da Cunha no sentido do projeto modernizador da elite brasileira entre o final do século XIX e início do século XX. Por outro lado, o escritor soube também refletir sobre as contradições deste processo. N' *Os sertões*, Euclides da Cunha retratou as consequências cruéis e até mesmo contraditórias deste esforço de modernização, colocando a nu o contra-senso de civilizar por meio da barbárie. Em outros escritos, ele demonstrou uma arguta consciência de que a imposição do homem sobre a natureza poderia adquirir também um caráter destrutivo. Neste momento, aquele que havia pregado a luta do homem contra o deserto mostra que os homens poderiam se tornar, eles mesmos, "fazedores de desertos". O escritor se refere, neste ponto, à prática das queimadas no interior de São Paulo, citando Buckle para ilustrar esta inversão:

"Hoje, Thomas Buckle não entenderia as páginas que escreveu sobre uma natureza que acreditou incomparável no estar-dejar uma dissipação de forças, wantonness of power, com esplendor sem par.

Porque o homem, a quem o romântico historiador negou um lugar no meio de tantas grandezas, não as corrige, nem as domina nobremente, nem as encandeia num esforço consciente e sério.

Extingue-as" (Cunha, 1907/1919: 256).

Portanto, assim como na narrativa da Guerra de Canudos — definida como um refluxo da barbárie pelas mãos da força civilizadora — Euclides da Cunha colocou à mostra os desvios da pretensa linha evolutiva que deveria conduzir o homem em direção à civilização e à modernidade, também a busca de seu "ideal de bandeirante" não impediu o escritor de observar as possíveis reversões no processo de ocupação e exploração do território, que configuravam "um progresso às recuadas" (Cunha, 1907/1919: 98). Euclides da Cunha nunca deixou, contudo, de reafirmar sua crença no poder do homem como agente do progresso, mostrando-se encantado com o ritmo vertiginoso dos "prodígios da indústria" e das "magias da ciência". Na visão do escritor, o "esplendor da civilização vitoriosa" (Cunha, 1907/1919: 300) é, apesar de suas próprias contradições, não só imperativo, como inevitável.

8 A justificativa encontrada pelo escritor para a imposição dos "homens do sul" sobre as populações sertanejas é sobretudo racial. A campanha dos Canudos seria o primeiro assalto na guerra dos representantes da civilização contra a raça sertaneja, uma raça forte, porém retrógrada e alheia ao progresso. A este respeito, ver principalmente a parte 2 d' *Os sertões, O Homem*.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e interpretação de "Os sertões"*. São Paulo: Edart, 1960.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BHABHA, Homi. *DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation*. in *Nation and Narration*. London, New York: Routledge, 1990.
- BUCKLE, Henry Thomas. *História da civilização na Inglaterra*. trad. Adolpho J. A. Melchert. São Paulo: Typographia da casa eclectica, v. 1, 1900 (1ª ed. 1867-1861).
- CARVALHO, José Murilo de. *Brasil 1870-1914: A força da tradição*. Rio de Janeiro, (mimeo), 1991.
- CRESSON, André. *Hippolyte Taine*. Sa vie, son oeuvre, avec un exposé de sa philosophie. Paris: Presses Universitaires de France, 1951.
- CUNHA, Euclides da. *A marjem da história*. 2ª ed. Porto: Imprensa Moderna, 1913 (1ª ed. 1909).
- _____. *Os sertões*. Edição crítica por Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1985 (1ª ed. 1902).
- _____. *Contrastes e confrontos*. 5ª ed. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1919 (1ª ed. 1907).
- _____. *De Euclides da Cunha a seus amigos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.
- _____. *O rio Purus*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia: 1960 (1ª ed. 1906).
- _____. *Um Paraíso Perdido*. Reunião dos Ensaíes Amazônicos. org. Heron Alencar. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.
- _____. *Um Paraíso Perdido*. org. Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma*. A modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- REBOUÇAS, André. "Excursão ao sítio do Gualra ou Sete Quedas, pelo capitão Nestor Borba — notas e considerações geraes, pelo engenheiro André Rebouças" in *Revisita do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXI, p. 1, 1898.
- _____. *Diário e notas autobiográficas* (1866-1871). Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- TAINE, Hippolyte. *Histoire de la littérature anglaise*. Paris: Hachette, s/d (1ª ed. 1864).
- VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha. in *Remate de Males*, Campinas, (13): 41-46, 1993.
- WEHLING, Arno. *A invenção da história*. Estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Gama Filho; Niterói: Ed. da Universidade Federal Fluminense, 1994.

Rebeliões escravas na comarca de Ouro Preto*

MARCOS FERREIRA DE ANDRADE
Mestre em História pela UFMG

RESUMO O presente artigo procura analisar a conjuntura política da quarta década do século XIX na Província de Minas Gerais, especialmente a Comarca de Ouro Preto. Dentro do quadro de agitações políticas, característico do período regencial, procura-se destacar os movimentos coletivos tentados pelos escravos da referida Comarca. Os resultados da pesquisa revelam tentativas de rebeliões escravas complexas e significativas nos Termos de Ouro Preto e Mariana.

A Comarca de Ouro Preto, antiga Vila Rica, era a menos extensa da Província. Criada em 1724¹, juntamente com as comarcas do Rio das Mortes e Rio das Velhas, esta não perderia sua importância mesmo no período posterior ao auge da mineração. Continuará sendo o centro político e administrativo mais importante da Província até quase o final do Império. A Comarca compreendia duas das mais importantes cidades da Província, Ouro Preto e Mariana, além da Vila de Queluz. Do Termo² de Ouro Preto dependiam dois grandes distritos, Nossa Senhora do

* Este artigo é parte modificada do capítulo III de minha Dissertação de Mestrado em História, intitulada *Rebelião e Resistência: as revoltas escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996.

1 Cf. BARBOSA, Valdemar de Almeida. *História de Minas*. Vol. 3. Belo Horizonte, 1979 p. 569. O autor contesta essa informação, por julgar que as comarcas foram criadas antes desta data, o que ocorreu na referida data foi simplesmente uma regulamentação jurídica.

2 Segundo o mesmo autor em o *Dicionário da terra e da gente de Minas*, p. 180, termo corresponde hoje, ao Município, ou melhor "toda extensão do território, sob a jurisdição de uma vila".